

TROCANDO EM MIÚDOS¹

Luciana Salgado
(UNICAMP)

RESUMO

É provável que se possa falar, hoje, em *práticas editoriais lingüísticas* e *práticas lingüísticas editoriais*. As primeiras são características de um texto escrito destinado à publicação – trata-se de material lingüístico que demanda procedimentos técnicos como catalogação, normalizações, relativos ao próprio suporte e a sua circulação. As outras, estreitamente ligadas a estas, são um fenômeno decorrente tanto do desenvolvimento das teorias lingüísticas ao longo do século XX, como das demandas que se configuraram quanto à formação de leitores, às teorias e práticas decorrentes e à expressiva multiplicação de títulos e autores. Considerando as *práticas lingüísticas editoriais* em sua dinâmica histórica, focalizam-se aqui textos submetidos a tratamento editorial, nos quais se estabelece uma interlocução no corpo do original, abrindo-se, com isso, novas tramas e percursos. Com base na Lingüística Textual que entende os textos como “lugar de movimento”, pode-se observar que os textos autorais em trajeto editorial, mesmo que nunca destituam seus autores, permitem movimentos em seus traços idiossincráticos.

PALAVRAS-CHAVE: autoria, edição de texto, progressão textual.

Balizando posição-limite da irrealidade existencial ou de estática angústia – e denunciando ao mesmo tempo a goma arábica da língua quotidiana ou círculo-de-gis-de-prender-peru – será aquela do cidadão que viajava de bonde, passageiro único, em dia de chuva, e, como estivesse justo sentado debaixo de goteira, perguntou-lhe o condutor por que não trocava de lugar. Ao que, inerte, humano, inerte, ele respondeu: – “Trocar... com quem?”

Guimarães Rosa, *Aletria e hermenêutica*.

É provável que se possa falar em práticas *editoriais lingüísticas* e práticas *lingüísticas editoriais*. As primeiras são características de um texto destinado à publicação – trata-se de material lingüístico que demanda procedimentos como correções, padronizações e normatizações; as outras, um fenômeno recente, decorrente tanto do desenvolvimento das teorias lingüísticas ao longo do século XX, como das demandas configuradas quanto à formação de leitores e à multiplicação de títulos e autores.

Considerando tais práticas em sua dinâmica histórica, este artigo se concentra numa prática editorial que tem contemplado reflexões sobre leitura e escrita e assim tem orientado o tratamento dos textos que se publicam. Há, no mercado editorial, uma função que inclui diversas etapas de trabalho sobre o texto, possivelmente ainda pouco discriminadas e ainda menos compreendidas.

Aqui, focalizo uma etapa desse trabalho em dois tipos de texto. Trata-se de analisar passagens que registram práticas lingüísticas editoriais nas quais uma interlocução se estabelece por escrito, no corpo do texto que o autor deu por versão final, e a partir da qual se abrem novas tramas e percursos, o que leva a crer que se trata de uma interação que é parte do *processo autoral*, constitutiva, portanto, da identidade-primeira do texto, de seu fio discursivo, e não o que muitas vezes se supõe: que seja uma revisão, um fechamento estritamente técnico.

Com isso, a questão da autoria se põe renovada. Em torno do autor, lugar que hoje pode ser ocupado por diferentes pessoas, nas mais diversas condições socioculturais, orbitam atividades editoriais que não tomam o texto autoral como palavra final, nem como responsabilidade exclusiva do autor. Quanto ao leitor, trata-se de um lugar que, a despeito da grave problemática do letramento e da distribuição de livros, também se difundiu, ou seria melhor dizer: multiplicaram-se as possibilidades de ocupação desse lugar e também as condições de leitura e recepção dos textos.

Para começar, um texto não tem fim

Com base na Lingüística Textual que entende os textos como *lugar de movimento*, aspecto sobre o qual me deterei mais adiante, penso que se pode dizer que nem mesmo os ditos “textos finais”, aqueles que estão prestes a circular como publicações bem-acabadas, unidades definidas (em termos editoriais), têm fim. Pelo menos não dão conta de cercar todas as possibilidades de leitura.

Trata-se de entender que o texto é uma *unidade* e é *inacabável*, uma composição que é também abertura a recomposições. Segundo Jean-Michel Adam (1997), em sua revisão bibliográfica sobre a produção teórica do campo, desde os mais remotos tempos da reflexão sobre a textualidade, os textos têm sido definidos tanto pela sua condição de unidade quanto pela sua condição de abertura, um duplo funcionamento constitutivo.

Diante disso, seria cabível perguntar sobre a pertinência de os autores de textos que serão publicados procurarem dar acabamento ao que escrevem. Abrem-se aí discussões interessantes sobre a condição dos sujeitos produtores/reprodutores dos textos – Quanto planejam conscientemente suas textualizações? Quanto são suas as textualizações que atualizam? Quanto engenham e quanto são subsumidos pelo engenho de outrem, do Outro, do interdiscurso? Em se tratando de projetos editoriais, parece pertinente considerar que há planejamento dos textos, sempre atrelado a alguma idéia de público e às condições sócio-históricas em que se dá a ler, expressas nos ditames, acordos e contratos editoriais.

Creio que podemos pensar em algo entre o sujeito-efeito, sujeitado às condições históricas (portanto também sociais e ideológicas) e o sujeito-cognitivo que “se” exprime; podemos pensar, talvez, num *sujeitamento*, como um *processo de constituição da condição de sujeito em trabalho*, manobrando as injunções em que sua textualização se insere e das quais, ao mesmo tempo, releva. Trata-se de pensar numa subjetividade “nem imputada a um sujeito transcendental, nem reduzida a uma subjetividade psicológica; nem ausente de ilusão de subjetividade, nem à margem da impositividade narcísica e individualista do ‘eu’ nas sociedades modernas” (MORATO, 2001, p. 56). Autor (enunciador que não coincide com a pessoa Fulano de Tal, ainda que se componha também desse traço empírico) e leitor (co-enunciador que não coincide com os sujeitos empíricos que abrem o livro, embora também se componha dessa figura interlocutiva) se encontram no texto, sujeitos situados em ação, numa inter-ação territorializante.

Se entendemos que o texto é

um conjunto de pistas, representadas por elementos lingüísticos de diversas ordens, selecionados e dispostos de acordo com as virtualidades que cada língua põe à disposição dos falantes, no curso de uma atividade verbal, de modo a facultar aos interactantes

não apenas a produção de sentidos, como a fundear a própria interação como prática social (KOCH, 2002, p. 26),

parece bastante tranquilo pensar que um texto publicado não deixará de ser *um* certo texto, ainda que seja um novo texto para cada nova subjetividade-leitor, que também será nova a cada nova leitura de um mesmo leitor empírico – “também o texto é o rio mutável de Heráclito”, num dizer de Borges. E se é um rio, tem margens e fluxos que o definem.

A análise dos dados que apresento adiante baseia-se nessa noção, bastante difundida e cara a muitas vertentes de estudo dos textos e da leitura. Mas penso que tais dados sugerem ainda, fortemente, que o rio já está a passar bem antes de o texto ter os leitores que o conhecerão publicado. Os dados parecem comprovar o quanto “o processamento textual, quer em termos de produção, quer de compreensão, depende, assim, essencialmente, de uma interação – ainda que latente – entre produtor e interpretador” (KOCH, 2002, p. 19).

Nos exemplos submetidos à análise, verifica-se um preparador de textos a quem cabe a função de *interpretador-default*: ele deve registrar o que lê não exatamente como um leitor a saborear uma leitura (embora provavelmente isso seja parte inextricável da atividade), mas lê como se pudesse ser todos os prováveis leitores que, pensados de algum modo no projeto de escritura do autor, são também pensados e repensados pelo preparador ao longo dos registros que faz no corpo do “original”. Um preparador de textos, entre outras tarefas que identificam seu ofício, deve sempre considerar a adequação do texto ao público a que se destina, portanto, desde aí, nas projeções (as do autor e as do preparador) sobre o outro/leitor futuro, estabelece-se uma interação.

Sabidamente, lêem o texto do autor, antes desses leitores futuros, colegas, editores... está claro que muita gente. Antes deles, ainda, o próprio autor se lê – o tempo todo, enquanto escreve e certamente algumas vezes depois que “terminou”. E aqui não se podem desconsiderar noções desdobradas do dialogismo bakhtiniano, com base nas quais se entende o quanto a própria escritura é já o estabelecimento de interlocução, porque escrever é enunciar e toda enunciação é constitutivamente dialógica. Um outro está sempre lá, onde o um se institui, e as balizas dessa instituição são cambiantes, mas nunca aleatórias. Trata-se da *heterogeneidade constitutiva* proposta por Authier-Revuz

(1988 e 2004) como uma ilusão necessária, capaz de colmatar a clivagem original dos sujeitos, que são, por definição, cindidos e porosos, atravessados por discursos vários, dispersos e descontínuos, e que, no entanto, se constituem como *um* e assim é que enunciam; sendo que ao enunciar é que se constituem.

Neste artigo, o foco dessas reflexões é sobre a etapa editorial em que um leitor do texto “final” do autor registrará reformulações e outras sugestões, procurando oferecer ao autor uma exterioridade, uma distância de sua própria autoria, ao marcar no corpo desse texto “final” um conjunto de observações pontuais. Desse modo ele explicita a interação, e assim se forja a progressão textual. Os textos não têm fim, e a preparação de textos põe isso em relevo, permitindo ao autor novas decisões, ao explicitar a condição de equivocidade da linguagem e, diante dela, a multiplicidade de estratégias de textualização dos dizeres.

Então, para retomar a idéia de que o texto é *lugar de movimento*, estas são as noções em que me apoio: a equivocidade e, portanto, a heterogeneidade constitutiva da língua, e a textualidade como uma unidade global de sentido, constituída num conjunto dinâmico de estratégias de construção dos objetos-de-discurso. Com base nisso, proponho entender a textualidade em duas dimensões, a que chamarei *tessitura* e *textura*.

Sobre a noção de equivocidade, trata-se de conceber a língua como não-referencial, pois ela “não é uma representação especular do mundo e sim uma apresentação; a língua não é um retrato e sim um trato do mundo” (MARCUSCHI, 2001, p. 40). Sobre as dimensões da textualidade, proponho *tessitura* para referir a dimensão do trabalho envolvido em toda atividade linguageira, seus aspectos mais dinâmicos, sua condição de abertura a recomposições; e *textura* para referir uma dimensão mais diretamente ligada aos sentidos produzidos, logo, aos aspectos mais estabilizados, a sua condição de unidade. Assim, *tessitura* e *textura* são termos que procuram dar conta dos processos de produção e interpretação, simultâneos e imbricados, desdobrados sempre em usos da língua que recortam e estabilizam (ou procuram estabilizar) a ponto de construir textos, “uma atividade conjunta que emerge na interação e pressupõe e implica negociação em todas as suas fases” (KOCH; CUNHA-LIMA, 2004, p. 287). Com esse par *tessitura/textura*, procuro operacionalizar análises, numa tentativa de imaginar que a textualidade se faz tanto de ações quanto de materialidades, num condicionamento recíproco.

Assim, poderíamos pensar a tessitura como a articulação dos modos de apropriação, reprodução e transformação de uma língua; quanto à textura, poderíamos considerá-la como o efeito global, uma inteireza apreensível. Vale dizer: são dimensões mutuamente implicadas nas práticas languageiras que produzem textos, fruto da inter-ação de interlocutores.

E quem são esses inter-actantes? Retomando a idéia de subjetividade como *sujeitamento*, processo em que sujeitos dialógicos se instituem no trabalho discursivo e textual, podemos ver nesses interlocutores sujeitos que se encontram, em seus enquadres históricos e sociais, com suas memórias repertoriais, naquilo que entendem ser texto e que assim fazem ser texto. E essa é uma atividade

altamente complexa de produção dos sentidos, que se realiza, evidentemente, com base nos elementos lingüísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas sua reconstrução – e a dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal (KOCH, 2004, p. 33).

No caso dos dados adiante, a interação que se estabelece parece dilatar os lapsos e interstícios em que se tece uma rede de processamentos mobilizadores de repertórios enciclopédicos, enquadramentos sociais, rotinas languageiras e conhecimentos procedurais fortemente delineados pela própria situação institucional da atividade editorial em foco. Longe de firmarem versões finais, esses profissionais que dialogam com o texto do autor (não com o autor sobre o texto, como o fazem os editores, por exemplo) põem em relevo a dinâmica textual: interferem, intervêm, territorializando-se no texto que, todavia, não passa a ser *seu*. Eis aí o que mais interessa nesses dados.

Valho-me das palavras de um trabalho recente de Jean-Michel Adam, no qual as condicionantes sociointeracionais são vistas como base da planificação e da realização textual:

Se insistimos em falar em ‘tipos’ num nível global e complexo das organizações mais elaboradas, só pode ser por se tratar de tipos de práticas sociodiscursivas, isto é, de *gêneros* (...) o gênero articula – tanto no movimento da produção quanto no da interpretação – um texto singular a uma *família de textos*. Um gênero liga o que a *análise textual* descreve lingüisticamente àquilo que a *análise das*

práticas discursivas tem por objetivo apreender sociodiscursivamente (1999, p. 83).

Em síntese: analiso o trabalho lingüístico editorial procurando encontrar, na recorrência de procedimentos e na variedade que orbita essa recorrência, marcas da interação que forja os objetos-de-discurso, construindo a progressão textual.

Analiso a seguir dados colhidos num arquivo extenso, gentilmente cedido por um núcleo profissional de preparadores de texto. Eles foram reproduzidos com pequenas alterações dos marcadores originais: por razões técnicas, o uso de diversas cores que serve aos preparadores de textos recebeu outras soluções, e foram substituídos os nomes de pessoas, posto tratar-se de um momento do trabalho em que o texto ainda não se deu a público.

Exemplo 1

Texto curto – 3 laudas de 1200 caracteres –, versando sobre a importância do acesso à informação, nos termos mais correntes dos atuais estudos em Administração de Empresas. Destinado a uma revista de circulação universitária, foi escrito por um autor frequentemente chamado a publicar artigos e que, com a mesma frequência, submete seus trabalhos a preparação de textos.

original

O processo de formação da cidadania também é o crescente acesso das pessoas ao mundo da informação. Ainda que a Internet seja restrita aproximadamente a 23 milhões de pessoas, com a fusão da TV ao computador esse cenário pode mudar radicalmente.

preparação de textos (os caracteres em itálico registram as intervenções do preparador e a nota 4 reproduz o recurso de rodapé utilizado nos arquivos eletrônicos)

Um outro elemento do processo de formação da cidadania que merece relevo é o crescente acesso do cidadão comum à informação. Ainda que, no Brasil, a navegação na Internet esteja restrita a aproximadamente 23 milhões⁴ de pessoas, com a fusão da TV ao computador esse cenário pode mudar radicalmente.

(...)

⁴ A forma e o conteúdo... 23 milhões, apesar do que vc quer dizer, provoca, no curso da leitura, o efeito de “nossa, quanta gente!”. Sugiro que vc transforme esse dado em porcentagem – vai ficar mais adequado ao tom do que vc está dizendo – chocante, do ponto de vista social – e terá maior organicidade em relação à porcentagem que vc usou na seqüência.

Sendo esse excerto o sétimo parágrafo do artigo, quando já se enunciou que a cidadania “resulta” de um “processo de formação” que “envolve diversos elementos”, é interessante notar a substituição de *O processo de formação da cidadania também é o crescente acesso...* por *Um outro elemento do processo de formação da cidadania que merece relevo é o crescente acesso...* A enumeração dos “elementos envolvidos no processo de formação da cidadania” acaba se tornando o eixo do texto no novo arranjo, proposto pelo preparador. Veja-se, ainda, que a expressão *que merece relevo* produz um efeito de enumeração não-exaustiva, registrando que alguns elementos merecem relevo, segundo o texto em questão, mas possivelmente haverá outros não citados nele. Essa é uma posição distinta da que se produz no excerto original, no qual o *processo de formação da cidadania* é isso, é aquilo e *também* aquilo... Não se esclarece se ele “é” diversas coisas ou “envolve diversos elementos”. O acesso à informação acaba sendo proposto como um dos elementos implicados.

Na reformulação de *...crescente acesso das pessoas ao mundo da informação...* para *...crescente acesso do cidadão comum à informação...*, verificam-se operações que produzem efeito de maior precisão. Há uma recategorização de *pessoas*, termo que aparecerá linhas adiante para designar o restrito grupo que já tem acesso à internet no Brasil e que passa, nesta primeira ocorrência, a *cidadão comum* – aquele que, afinal, é (ou será) cidadão porque tem (ou terá) acesso às condições de formação de sua cidadania, segundo a lógica dessa tessitura. E o *mundo da informação*, algo quase mítico, passa à categoria de *a informação*, uma espécie de hipônimo da abstração sugerida por “mundo da...”, o que parece tornar mais objetivo o enunciado.

A seguir, *Ainda que a Internet seja restrita aproximadamente a 23 milhões de pessoas* é uma afirmação que se altera bastante quando se propõe a formulação *Ainda que, no Brasil, a navegação na Internet esteja restrita a aproximadamente 23 milhões de pessoas*. Uma memória enciclopédica acrescenta uma localização para o número (onde isso

ocorre? No Brasil) e, se não apenas uma memória enciclopédica do interlocutor, que permitiria avaliar, por exemplo, que esse número não faz sentido em termos planetários, talvez um conhecimento procedural o tenha conduzido a uma checagem ou pesquisa. Além disso, o que é restrito a tão pouca gente não é a internet propriamente, mas a possibilidade de navegação – diferença relevante: não se trata de uma questão como, por exemplo, a da tv (se aberta ou paga), mas da viabilização instrumental, material, de contato com uma estrutura que já se põe como acessível.

Interessante, por fim, notar não só a sugestão do preparador sobre a “forma” de apresentação do número, mas o modo como apresenta sua preocupação com a textura, com o efeito global dos sentidos. O preparador fala num “tom chocante” supostamente pretendido pelo autor. E fala também na “organicidade” como sendo a adoção de um certo padrão de procedimentos que parece tornar mais fluente e convincente o tom pretendido. Estão consideradas aí as coerções genéricas (impostas pelo gênero).

Assim, dizer que *13% da população brasileira tem acesso à navegação* é diferente, pelo menos nessa textura, de dizer que *23 milhões de pessoas navegam*. A porcentagem (13% da população) flagra a dimensão sociológica, é já uma relação numérica; *23 milhões* registra um difuso grande número de pessoas, como muito freqüentemente lemos ou ouvimos na mídia, e pode parecer muita gente, mesmo que 180 milhões sejam tanto mais, mas é tudo “milhões”, perdidos numa escala pouco inteligível de imediato. *23 milhões*, nessa textura, é uma formulação muito dependente das relações que o leitor estabelecerá conforme seu repertório.

Exemplo 2

Uma reunião de especialistas e não-especialistas em torno do tema *infância, adolescência e aids*; há depoimentos de pessoas que dão assistência cotidiana a crianças e adolescentes e arrazoados de estudiosos, todos participantes da luta pela contenção da epidemia e pela prevenção como atitude.

Na interlocução proposta, uma organizadora-autora (indicado por //) convida um colega (///) a interagir com as notas do preparador, a quem respondem, do qual discordam, com quem concordam, sem nunca fechar o texto. Ao contrário, sugerem sempre, com base nas

observações desencadeadas pela notas do preparador, que este “decida” sobre os rumos da prosa.

excerto i

O aprendizado coletivo nos leva, finalmente, a sugerir alguns princípios orientadores para a área de infância, adolescência e aids, que são: 1) trabalhar pela garantia dos Direitos Humanos como perspectiva norteadora de ações governamentais e não-governamentais direcionadas à população infanto-juvenil vivendo e convivendo com HIV/AIDS; 2) priorizar políticas públicas que articulem ações de prevenção e assistência em diferentes esferas (saúde, educação, *assistência social*⁵, justiça) e (...)

⁵ Não sei se no jargão da área isso é claro, mas, em princípio, a saúde, a educação e a justiça de que se fala aí são formas de assistência a crianças e adolescentes. “Assistência” sozinha refere-se a algum apoio ou serviço específico? ///Concordo, acho que devemos tirar. //SILVIA, Acho conveniente deixar porque no Brasil temos o serviço público dividido em segmentos saúde educ.juстиça ,assistência social que no caso deste debate é importante.O túlio tinha concordado porque como ele não é brasileiro não se antenou para este detalhe, mas pode colocar assistência social

Ao modo de um fórum, debate-se uma solução para o problema levantado: o que é essa categoria “assistência social”? É a reunião de assistência à saúde, à educação e à justiça ou, num dado campo de saber, emersa de dadas práticas, *assistência social* pode assumir um sentido outro?

O colega convidado concorda com a categorização proposta por Sílvia (preparadora), mas a organizadora explica por que discorda dessa categorização: 1. de seu lugar (especialista e organizadora da obra e dos fóruns que discutem o tema), apresenta um conhecimento específico – as divisões do serviço público no Brasil prevêem essa departamentalização, 2. numa interessante estratégia de preservação das faces, informa Sílvia de que o colega não é brasileiro e por isso (provavelmente) não “se antenou para esse detalhe”. Fica clara a condição histórica e social da produção dos sentidos: aqui, depende da inserção numa dada sociedade – a brasileira – num certo momento histórico – hoje em dia – num certo setor de serviços – o de saúde pública.

A interferência do preparador não altera a redação final, por-

tanto. Mas penetra numa discussão não sem relevância, chamando a atenção dos organizadores para uma categoria fundamental em seu trabalho e possivelmente para divergências insuspeitadas até então.

excerto ii

Em 1996, com a implementação do chamado *coquetel de medicamentos antiretrovirais*, pudemos obter um maior controle da doença, *tanto do ponto de vista da medicina quanto da qualidade de vida de adultos e crianças*⁸. O uso dos medicamentos aumentou a expectativa de vida e, desde esse ano, as mortes e as doenças ocasionadas pela *aids* têm diminuído significativamente no Brasil (Ministério da Saúde do Brasil, 2002b).

⁸ Em que medida essa “qualidade de vida” é algo diferente do “ponto de vista da medicina”? Esta é a introdução da publicação, nenhum aprofundamento sobre isso foi feito e a saúde, para o senso comum, pelo menos, está incluída na idéia de “qualidade de vida”. ///Acho bom, então, colocar uma nota aclaratória ou aclarar dentro do texto da forma seguinte: Se for nota: O ponto de vista médico significa a visão da instituição médica e o ponto de vista da qualidade de vida significa a experiência de vida das pessoas vivendo com HIV/AIDS. Se for no texto: controle da doença, tanto da perspectiva das instituições médicas quanto das experiências de vida de crianças e adultos vivendo com HIV/AIDS. //SILVIA eu gosto mais da sugestão de incluir no texto, veja como pode ficar bom, por favor

Em itálico, estão as alterações relativas a padronizações editoriais (inclusive de correção gramatical, como se costuma dizer; por exemplo, a marca de plural da conjugação em *têm*). Além disso, o preparador atribuiu o recurso do itálico a *coquetel de medicamentos antiretrovirais*. Esse marcador pode ter várias funções e, nessa passagem do texto, parece ligado ao fato de se estar introduzindo uma referência que recorrerá em toda a obra (trata-se de um excerto da Introdução).

Quanto às letras minúsculas propostas em *aids*, parecem refletir a opção por um recurso que evita o visual poluente das maiúsculas (uma diretriz editorial), mas talvez se pudesse considerar também esta interpretação: as minúsculas tornam mais “comum” a AIDS que, grafada em maiúsculas, parece ganhar um destaque indesejável nesse contexto.

A seguir, o preparador mais uma vez levanta um problema de categorização: o que são “o ponto de vista da medicina” e “qualidade de vida”? Na formulação do preparador, é possível inferir um pressu-

posto: em *Em que medida essa “qualidade de vida” é algo diferente do “ponto de vista da medicina”?* depreende-se que, a princípio, são coisas iguais ou pelo menos não-diferentes e, se forem diferentes, o serão em alguma medida que deve ser explicitada. E parece que levanta uma questão crucial (que nos remete mais uma vez às coerções genéricas). Registra: *Esta é a introdução da publicação, nenhum aprofundamento sobre isso foi feito...*, alegando um certo procedimento a seguir, um conhecimento de caráter procedural, e instituindo a necessidade de uma decisão filosófica e epistemológica – *a saúde, para o senso comum, pelo menos, está incluída na idéia de “qualidade de vida”*, uma afirmação baseada em memória discursiva.

A relevância dessa interferência é clara: o convidado e a organizadora estão de acordo com a reformulação que visa categorizar os termos, e aí a questão genérica também se coloca: *se for nota*, há uma proposta que esclarece as duas categorias (ponto de vista da medicina e qualidade de vida); *se for no texto*, propõe-se uma substituição, “qualidade de vida” passa a *controle da doença, tanto da perspectiva das instituições médicas quanto das experiências de vida de crianças e adultos vivendo com HIV/AIDS*.

Mas permanece, ainda, uma questão que não é sobre essas categorias, reformuladas sem assombro. Volta para o preparador a decisão sobre *como pode ficar bom*. Não basta ter opções bem formuladas para a tessitura, uma para a inserção de uma nota e outra para o corpo do texto, é preciso decidir sobre qual dos recursos será mais adequado à textura. Decisão confiada ao preparador, agora munido de informações que os autores apresentam como balizas para uma finalização.

Considerações finais

Nos excertos analisados, verifica-se que, nessa atividade editorial, o texto parece ser tomado como lugar da construção dos sentidos, que se desdobram no curso de uma interlocução. Visto assim, como movimento que se territorializa sem jamais se imobilizar, os textos fazem cabriolas e, indo a muitos longes, descobrem a todo tempo outros de si.

Parece pertinente, então, frisar: a preparação de textos que se dá hoje no mercado editorial é uma interação que participa dos sentidos dos textos que serão publicados, mas o autor segue sendo autor. Com base nos exemplos apresentados, vemos que se alteraram objetos-de-discurso ao se movimentarem as tessituras; em nenhum dos casos, po-

rém, o autor deixou de ser autor, ou o preparador de ser preparador. Não se trata de co-autoria, menos ainda de um fechamento da publicação, mas de uma etapa em que a interação escancara uma importante questão relativa a todas as práticas linguageiras: “toda tomada de fala implica necessariamente um distanciamento do sujeito sobre o dizer, próprio ou alheio?” (MORATO, 2004, p. 6).

A matéria textual dos casos apresentados, que não deixa de ser, em nenhum desses casos, “a do autor”, é ela mesma o lugar em que se dá a interação entre interlocutores, claramente *co-enunciadores*, a tecer os enunciados e tramar os sentidos. Lugar de movimento, os textos vão sendo textos e produzindo sentidos *na* interação. Nesses exemplos, verifica-se uma dilatação dessa condição fundamental da textualidade, que é o processo de textualização. A leitura anotada, registro da preparação de textos, é também uma verificação de padrões e usos editoriais, mas vai além, estabelece uma troca no âmbito discursivo dessas textualizações, ensaia contatos futuros desses textos com outros leitores e, se não pode fechar uma versão definitiva – porque é da natureza dos textos que não se fechem definitivamente –, autoriza certas leituras mais do que outras, e faz isso apresentando aos autores dos originais algumas características das estratégias de que se valeram, ou de que pareceu valerem-se.

A observação da construção dos sentidos nos exemplos acima mostra, no trabalho dos interlocutores, um processo de textualização que, em seu curso, tanto atende a práticas discursivas quanto as propõe e mesmo funda, e não o faz simplesmente materializando uma imanência, mas construindo-as na troca, em cada miúda expressão, nas pequenas engrenagens – também estas cambiantes nas suas funções de “engrenar”, sempre conforme a dinâmica da interação, que é historicamente circunscrita.

Isso significa que cada preparador é um. Assim como cada autor é um. E também cada texto. E todos eles – preparador, autor e texto – são inelutavelmente um *um* constituído em relação a um *outro*, atravessados por diversas vozes e dizeres.

Parece importante, por isso, que nesse trabalho editorial se considerem essas reflexões sobre os textos, de modo que seja possível, para além de uma estrita correção padronizadora, exercer melhor ofício – o de lingüista.

ABSTRACT

It is possible to speak today of *linguistic editorial practices* and *editorial linguistic practices*. The former are a set of characteristics of a written text meant to be published – this includes linguistic material demanding technical procedures such as cataloguing and normalizations, relative to the support itself and its circulation. The latter, closely connected with the former, arose out of the development of linguistic theories in the 20th century, as well as of the demand that took place regarding the formation of readers, the theories and practices that stemmed from such formation and the substantial multiplication of titles and writers. Speaking of *editorial linguistic practices*, we consider such practices in their historical dynamics analyzing some texts going through editorial treatment, in which an interlocution is established and new plots and paths are created. Based on a Textual Linguistics which sees texts as “places of movement”, one may understand that the original author’s text, once started an editing journey, never disposes of its author, but allows some changes in its main features.

KEYWORDS: authorship, text edition, textual progression.

REFERÊNCIAS

ADAM, J-M. *Linguistique Textuelle – des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan, 1999. 297p.

_____. *Le style dans la langue – une reconception de la stylistique*. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1997. 268p.

AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade – um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. 257p.

_____. *Palavras incertas – as não-coincidências do dizer*. Campinas: UNICAMP, 1998. 200p.

KOCH, I. G.V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002. 168p.

_____. *Introdução à Lingüística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 190p.

_____; CUNHA-LIMA, M. L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIM; BENTES (orgs.), *Introdução à Lingüística – fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. Vol. 3, p. 251-300.

MARCUSCHI, L. A. Atos de referenciação na interação face a face. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 41, p. 37-54, jul./dez. 2001.

MORATO, E. M. (In)determinação e subjetividade na linguagem de afásicos: a inclinação anti-referencialista dos processos enunciativos. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 41, p. 55-74, jul./dez. 2001.

_____. O interacionismo no campo lingüístico. In: MUSSALIM; BENTES (Orgs.), *Introdução à Lingüística – fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. Vol. 3, p. 311-352.

NOTA

¹ Este artigo tem origem no material submetido ao exame de Qualificação de Área do programa de doutoramento do IEL-UNICAMP.